

I SEMINÁRIO NACIONAL DE TRABALHO E GÊNERO
SESSÃO TEMÁTICA: TRABALHO, GÊNERO E EDUCAÇÃO

Sgt2006_9

Implicações do trabalho na saúde de professoras de Ensino Fundamental - Goiânia

Sâmia Neves M C Amorim¹

Eline Jonas²

Luc Vandenberghe³

RESUMO

Serão apresentados resultados do estudo exploratório sobre as condições de trabalho de professores do ensino fundamental e a relação com o seu estado de saúde, observados a partir de atividades de sala de aula com “alun@s professores”, nos Cursos de Licenciatura Plena Parcelada da Universidade Estadual de Goiás (UEG, 2001/05). Neste período foi observada a alta incidência dos distúrbios vocais nesta categoria, geralmente associada aos sintomas de estresse e às condições de trabalho a que estão submetid@s, com um maior número de queixas entre as mulheres professoras. Os estudos existentes que identificaram a precariedade do trabalho dos professores e do quadro alarmante de sua saúde, em geral, tratam isoladamente os sintomas de saúde sem estabelecer uma relação deles entre si e as condições de trabalho além de desconsiderar o recorte de gênero. Neste sentido e a partir destas pistas, considerou-se importante, aprofundar esta discussão através de uma pesquisa que ora está em andamento, já com resultados parciais, no curso de mestrado em Ciências Ambientais e Saúde/UCG-Goiás. Trata-se, portanto, de uma reflexão sobre as implicações do trabalho profissional em educação, para saúde das mulheres professoras, enfocando o estresse e o distúrbio vocal como problemas relativos à saúde ocupacional.

Descritores: condições de trabalho docente, saúde do professor, mulheres professoras

¹ Fonoaudióloga, Mestranda em Ciências Ambientais e Saúde – Universidade Católica de Goiás (UCG).

² Doutora em Ciências Políticas e Sociologia –Universidad Complutense de Madrid, Professora Titular de Sociologia da Universidade Católica de Goiás(UCG), Professora do Mestrado em Ciências Ambientais e Saúde – UCG.

³ Doutor em Psicologia – Université de Liège, Professor adjunto de Psicologia da Universidade Católica de Goiás (UCG), Professor do Mestrado em Ciências Ambientais e Saúde _ UCG.

Implicações do trabalho na saúde de professoras de Ensino Fundamental - Goiânia

Sâmia Neves M C Amorim⁴

Eline Jonas⁵

Luc Vandenberghe⁶

Os professores representam aproximadamente dois milhões de trabalhadores no Brasil, compondo somente em Goiás um total de 72.066 professores (SEPLAN-GO/SEPIN, 2005). É uma categoria predominantemente feminina, capacitada para a sua função e disposta a atualizar e aperfeiçoar seus saberes, porém, acometida por patologias que afetam a qualidade do seu trabalho e a sua qualidade de vida. As mulheres ocupam em Goiás 67,49% dos cargos de professores nas escolas particulares (DIEESE, 2002) e 81,2% nas escolas públicas (Vieira, 2003).

O estudo das condições de trabalho dos professores no Brasil é uma abordagem recente no campo das atividades profissionais, pois até a década de noventa era notável a escassez de informações acerca do processo saúde-doença-trabalho docente no Brasil, sendo a maior parte das referências bibliográficas acerca desse assunto, em particular, oriundas de outros países (Dejours, 1992; Esteve Zaragoza, 1999). A partir de 1995, um estudo piloto com professores de Salvador – BA (Araújo et al., 1997), seguidos de vários outros no Estado, permitiu traçar um perfil das condições de trabalho e situação de saúde dos professores, mostrando a precariedade das escolas públicas e particulares e uma situação saúde preocupante principalmente no que se refere à saúde mental do professor (Delcor et al., 2004; Reis et al., 2005; Gasparini et al., 2005; Porto et al., 2004).

A partir de 1999, em nível nacional, destacaram-se as pesquisas realizadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)⁷ em parceria com o Laboratório de Psicologia do Trabalho da Universidade de Brasília (LPT-UNB), que divulgou, em três séries, o *Retrato da Educação no Brasil*, principalmente a educação pública, fazendo relação entre a condição de trabalho e a saúde dessa categoria.⁸ Em Goiânia,

⁴ Fonoaudióloga, mestranda em Ciências Ambientais e Saúde – Universidade Católica de Goiás (UCG).

⁵ Doutora em Ciências Políticas e Sociologia – Universidad Complutense de Madrid, Professora Titular de Sociologia da Universidade Católica de Goiás (UCG), Professora do Mestrado em Ciências Ambientais e Saúde – UCG.

⁶ Doutor em Psicologia – Université de Liège, Professor adjunto de Psicologia da Universidade Católica de Goiás (UCG), Professor do Mestrado em Ciências Ambientais e Saúde - UCG.

⁷ No final dos anos Oitenta a Confederação dos Professores do Brasil (CPB) passou a ser Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e até hoje defende a inclusão de todos os funcionários da educação como profissionais da educação (Vieira, 2003), com a idéia de que “uma escola não se faz apenas com professores, mas a partir do esforço conjunto de muitos profissionais” (Olivier-Heckler, 1999, p. 124).

⁸ O primeiro estudo, *Retrato da Escola 1*, em 1999, destaca-se como a mais extensa pesquisa realizada em todo o país e no mundo, neste assunto, mostrando o impacto da profissão na saúde mental dos trabalhadores em educação, ressaltando a dramática condição humana, a precária condição de trabalho e a complexa condição política e social a que estão submetidos (Codo, 1999). O *Retrato da Escola 2* tratou, dentre outros assuntos, o trabalho dos professores e a violência na escola (Silva, 2004) e o terceiro estudo, *Retrato da Escola 3*, mostrou o processo de expropriação da identidade profissional dos trabalhadores em educação, como componente e reflexo da redução do próprio papel da educação nesse período histórico (Vieira, 2003).

reportando a estes estudos, Santos (2004) constatou que a educação é uma profissão perigo e que a situação de saúde dos profissionais de educação⁹ não anda nada bem.

Estas pesquisas são convergentes em mostrar o profissional da educação sob o risco de acometimento da saúde, em vista da precariedade das condições em que o seu exercício se desenvolve, principalmente os da educação básica do Brasil. Porém, estas pesquisas de um modo geral não fazem uma relação dos sintomas das doenças entre si e desconsideram o quesito gênero.

O presente trabalho apresenta resultados preliminares do estudo exploratório realizado a partir das atividades de sala de aula, com alun@s professores dos cursos de Licenciatura Plena Parcelada da Universidade Estadual de Goiás (UEG – 2001/05). Os dados e informações obtidos indicaram pesquisa mais aprofundada no curso de mestrado em Ciências Ambientais e Saúde para identificar as condições de trabalho d@s alun@s professores e das suas principais queixas de saúde, fazendo-se um recorte de gênero. Merecem relevância neste estudo o estresse e os problemas de voz, e a relação entre ambos, por figurarem dentre os sintomas de saúde/doença que mais acometem o professor e por interferirem diretamente no processo de comunicação professor-aluno.

Condições de trabalho e situação de saúde d@s professores

O trabalho é algo que complementa e dá sentido à vida, é uma das mais importantes maneiras do homem se posicionar como indivíduo (Lunardi Filho, 1997; apud Martinez et al., 2004), sendo a boa condição de trabalho fator determinante e condicionante da saúde.

Os estudos de Codo (1999) mostram uma situação de saúde preocupante, sendo diagnosticado um alto índice da síndrome de *burnout*,¹⁰ com exaustão emocional em 26% dos trabalhadores em educação. No mesmo trabalho, em Goiás, 30,3% dos profissionais da educação apresentaram exaustão emocional. Os estudos de Delcor et al. (2004) realizados com professores particulares de Vitória da Conquista, observou dentre outras queixas que 59,2% dos professores apresentam cansaço mental, 45,7% dor na garganta, 60% rouquidão, 92,6% referiram uso intensivo da voz, 62,3% cansavam-se para falar, 57% faziam força para serem ouvidos e 59,2% rouquidão nos últimos seis meses e a prevalência de 41,5% para os distúrbios psíquicos menores (DPM). Nos estudos de Reis et al. (2005), na mesma cidade, então com professores municipais, encontrou-se uma prevalência ainda mais elevada (55,9%) associando a alta exigência (alta demanda e baixo controle) e uma maior carga horária semanal, aos distúrbios psíquicos menores. Vieira (2003) mostra o quadro “Anatomia do trabalho penoso”, onde destaca as doenças psiquiátricas e os calos nas cordas vocais como as principais enfermidades às quais os educadores são mais vulneráveis por conta de sua condição de trabalho.

Durante as aulas na UEG, em atividade docente com alun@s professores, o que era intento de debate apenas sobre a saúde vocal do professor, acabou tornando-se um momento

⁹ A maioria das pesquisas de referência neste estudo faz menção aos profissionais da educação como um todo, dos quais os professores representam maioria (em torno de 75%; 63,6% em Goiás) (Vieira, 2003). Porém, olhando pelo prisma do distúrbio vocal e do estresse sob as condições de trabalho, meu interesse neste estudo recai especificamente sobre o professor.

¹⁰ A Síndrome de Burnout é uma doença profissional que tem acometido profissionais que lidam com outras pessoas como objeto de seu trabalho. Tem atingido um terço dos professores no Brasil e consiste na perda de energia, de “fogo”, na tradução literal, como resposta emocional às situações de estresse crônico (Codo, 1999).

de relatos e queixas de saúde de um modo geral, sendo os alun@s/professores categóricos em identificar tais queixas como um problema de saúde ocupacional, principalmente os distúrbios vocais e o estresse, que aparecem como sintomas principais, acometendo principalmente as mulheres professoras. Nos depoimentos iniciais, as queixas eram colocadas como um problema isolado à pessoa ou à escola que trabalha, e com o seu desenvolver mostrou-se um problema em nível da categoria.

Os estudos de Souza et al. (2003) resumem os principais fatores que identificam a precária condição de trabalho do professor: a desvalorização do trabalho; o pouco reconhecimento social da atividade profissional; os baixos salários; a centralização das decisões administrativas e pedagógicas; gestão autoritária; a diminuição dos espaços de discussão coletiva; tripla jornada; formação deficiente; postura corporal; pó de giz; ruído; turmas superlotadas; inexistência de pausas; culpabilização pelos resultados negativos dos alunos e invasão de espaço domiciliar. Soma-se a esse quadro a infra-estrutura precária, a burocratização e hierarquização das relações de trabalho, bem como a carência de recursos materiais e humanos que acentuam a sobrecarga de trabalho desses profissionais.

Com esta visão, Codo (1999) classifica os professores como pertencendo à pior organização de trabalho, se submetendo, na maioria das situações, a condições de trabalho muitas vezes bastante precárias e a condições de infra-estrutura muito comprometidas. Em alguns lugares chegam a faltar material básico, como giz, apagador, carteiras e cadeiras, sendo encontrado na maioria das vezes apenas as condições básicas para o funcionamento. @s alun@s-professores da UEG colocavam que muitas vezes arcavam com os materiais ou se viam na necessidade de intensa criatividade para aproveitar os recursos materiais oferecidos.

Uma questão evidente quando se trata da profissão docente, incrustada à sua imagem desvalorizada, é a sua má remuneração.¹¹ Os estudos mostram o Brasil ocupando uma das piores posições em remuneração docente, ou seja, uma média entre dois e três salários mínimos para 40 horas semanais de jornada (Vieira, 2003), não sendo compensadores e nem correspondendo com o nível de exigência da função. @s professores de escolas privadas de um modo geral também são mal remunerad@s, sendo que em Goiás, em 2000, 36,1% recebiam até dois salários mínimos e a maior parte tinha rendimento de até cinco salários mínimos (DIEESE, 2002). Há uma falta de parâmetros de remuneração d@s educadores da educação básica, que nos últimos anos tem sofrido reduções,¹² saindo de um salário, no final do século XIX, que se equiparava aos salários dos juizes de direito e chegando, nos dias atuais, com grande parte vivendo aquém dos padrões mínimos de consumo estimado (Vieira (2003).

Esse cenário pesa mais sobre as mulheres, que se concentram, na sua maioria, nos níveis iniciais de ensino¹³ e nas menores faixas de remuneração, seus salários chegando a ser 70% inferiores aos dos homens.¹⁴ Em 2000, 27,7% dos homens recebiam mais de 10 (dez)

¹¹ A proibição em receberem, mensalmente, menos que um salário mínimo, não é cumprida (Vieira, 2003).

¹² O rebaixamento salarial foi uma opção da maior parte dos governantes brasileiros para promover o aumento de matrículas, especialmente no ensino obrigatório. E isso se deu tanto pela contenção de reajustes quanto por outras práticas, como aumento de alunos por sala de aula (Vieira, 2003).

¹³ O fato da mulher participar mais nos níveis iniciais de ensino pode responder a uma maior demanda de um educador com o papel de mãe nos primeiros anos de escolaridade (Codo, 1999).

¹⁴ Deve-se considerar que ainda que as mulheres são maioria na educação, o mesmo não é verdadeiro para o ensino superior (DIEESE, 2002).

salários mínimos, enquanto apenas 12,5% das mulheres encontravam-se nesse patamar (DIEESE, 2002).

Em decorrência do baixo salário e considerando-se ainda que a maioria d@s professores é casada e tem filh@s, não dispendo do seu salário para uso exclusivo ou individual, muit@s professores acabam buscando outros meios de sobrevivência como vendas de objetos e/ou alimentos na própria escola, procura por outros empregos complementares e aumento da jornada de trabalho. O baixo salário impede a grande maioria de contratar serviços domésticos, estando sujeitos, principalmente em se tratando de mulheres, ao aumento da jornada de trabalho por conta, também, das atividades domésticas. Devido ao pouco tempo que lhes sobram, muitas mães queixam-se de não poder acompanhar o desenvolvimento e a educação d@s próprios filh@s, o que acentua o desgaste emocional. (Vieira, 2003). O baixo salário aliado á falta de tempo justifica ainda a pouca dedicação às atividades de lazer.

O somatório dessas atividades, formais ou não, representa uma jornada de trabalho extensiva. Quanto à jornada de trabalho como educador, a maioria no Brasil (51,1% em Goiás) trabalha 40 horas semanais e mais 14 horas semanais em média fora do recinto escolar, além de um tempo de mais 8 horas gastos em casa com trabalhos profissionais. Essa extensa jornada tem conseqüências graves sobre as condições de saúde, afetando a relação com a família e a qualidade do trabalho, além de um custo maior para o poder quando do seu afastamento por problema de saúde (Vieira, 2003).

Tendo em vista os valores sociais vigentes que priorizam o sucesso e a recompensa econômica, em detrimento de valores humanistas, do próprio conhecimento e da cultura, o baixo poder aquisitivo d@s professores, torna esta profissão socialmente desvalorizada, perdendo o status e o reconhecimento (Almeida, 2004).

A carreira profissional é outro motivo de grande insatisfação apontado pelos professores. Compõe o quadro de reivindicação da maioria das organizações sindicais, inclusive do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (SINTEGO), porém é um assunto que ainda não figura dentre as estratégias dos governos.¹⁵

Outro fator apontado pel@s professores é com relação à responsabilidade e atribuições impostas a eles. Nas últimas décadas, os problemas escolares deixaram de ser eminentemente educacionais; os problemas sociais converteram-se em problemas escolares, verificando-se uma diminuição das responsabilidades educativas de outros agentes sociais, especialmente da família, e um simultâneo aumento das exigências com relação ao professor (Almeida, 2004). São inúmeras as atribuições lhe impostas. Carlotto (2002) coloca que além das classes, @ professor deve fazer trabalhos administrativos, planejar, reciclar-se, investigar, orientar alun@s e atender as visitas de pais. Também deve organizar atividades extra-escolares, participar de reuniões de coordenação, seminários, conselhos de classe, efetuar processos de recuperação, preenchimento de relatórios bimestrais e individuais, relativos às dificuldades de aprendizagem de alunos e, muitas vezes, cuidar do patrimônio, material, recreios e locais de refeições. Deve assumir para si, ainda, as falhas e as dificuldades advindas desse processo educativo (Almeida, 2004). Codo (1999) coloca que o seu trabalho é revestido por características tão peculiares que ele não pode se dar ao luxo de sofrer, ficar cansado, devendo estar sempre disponível, alegre, criativo, e ter conhecimento e habilidade suficientes para motivar os alunos. Em se tratando de mulheres professoras, deve-se ignorar, ainda, os

¹⁵ O Projeto de Lei nº 1.592/2003 estabelece os princípios e as diretrizes dos planos de carreira para @s profissionais da educação básica (LEI 1592/03).

sintomas do período pré-menstrual, bem como as alterações vocais e de humor daí advindas, dentre outros, que lhes são peculiares.

Além de ensinar competentemente a disciplina sob sua responsabilidade, eles devem ser o facilitador da aprendizagem, o organizador de atividades coletivas, o orientador psicológico, social e sexual, dar atenção às necessidades dos alunos especiais integrados na sala de aula, organizar atividades extracurriculares, manter contato com pais e comunidade, participar de reuniões, envolver-se com o projeto coletivo da escola, cuidar de sua auto formação, preocupar-se com os problemas da escola, etc.¹⁶

Tanta incumbência para tão pouca formação que @s preparem para enfrentar as diversas situações conflituosas dessa realidade... De um modo geral, aos professores não são oferecidas condições para uma formação permanente – contínua, atualizada e contextualizada, como a profissão requer, inclusive sendo a televisão a principal formadora de opinião entre eles e a pesquisa uma raridade para os trabalhadores da educação básica (Codo, 1999; Vieira, 2003). Ainda assim, a maioria d@s professores ainda tem um alto índice de satisfação (86%) e alto grau de comprometimento com seu trabalho (90%), o que leva Codo (1999) a classificá-l@ como @ melhor trabalhador. 90% deles possui formação mínima exigida para a função que exercem, sendo 63% com nível de formação superior completa em Goiânia (SEPLAN-GO/SEPIN, 2003) e a maioria tem como principal preocupação a formação e o aperfeiçoamento (Vieira, 2003). Em Goiás, a criação da Universidade Estadual de Goiás (UEG) com seus cursos de Licenciaturas Plenas Parceladas para professores das redes públicas estaduais, municipais e particulares, veio contribuir como um salto no nível de capacitação dos educadores.

Uma questão que merece comentário é com relação à concentração de docentes com menos formação nas séries iniciais, como observado junto aos alun@s-professores da UEG. O ensino das séries iniciais é de responsabilidade dos municípios, que devido à pouca arrecadação, oferecem salários inferiores e não arcam com formação, atraindo pessoas menos capacitadas. Fazemos parte ainda de uma cultura que não vê necessidade de muita formação para as séries iniciais do ensino e que estas séries devem ser ocupadas por mulheres, como extensão da função materna,¹⁷ a educação infantil é atribuída a 98% de mulheres, geralmente com pouca formação, submetidas às piores condições e organização de trabalho, justificando um índice maior de sintomas de doenças nas mulheres.

Tanta formação para tão pouca oportunidade de transformar e participar dos aspectos estruturais de seu trabalho - queixa colocada pel@s alun@s-professores. Muitas vezes @s professores são excluíd@s das decisões institucionais, das reestruturações curriculares, do repensar da escola, sendo concebido como mero executor de propostas e idéias gestadas por outros (Carlotto, 2002). As mulheres sofrem mais, numa hierarquia da escola e do sistema, onde cabem principalmente aos homens os cargos de prestígio, inclusive as políticas que regem o ensino têm caráter masculino. De acordo com Dejourns (1992), as relações hierárquicas de trabalho, apresentadas em termos políticos ou de poder, são fonte de ansiedade e medo de importância na relação saúde/trabalho.

Em meio a essas condições adversas, destaca-se a violência na escola, constatando, de acordo com os estudos de Silva (2004), casos de agressão física (34%) e agressão verbal por

¹⁶ Maria I. de ALMEIDA, *O trabalho dos educadores*, p.110.

¹⁷ Numa sociedade predominantemente patriarcal, a escola seria a extensão da família e do lar, onde a mulher, por vocação e amor às crianças, seria a responsável pela sua formação. Até a década de 30, a única profissão plenamente aceita pela sociedade, para a mulher era a docência. (Louro, 1997 apud Pentead, 2003b).

parte dos alunos (58%) e agressão verbal dos professores para com os alunos (44,7%). @s educadores não se percebem promovendo tais atitudes com os alunos, mas, por outro lado, os comportamentos autoritários, de poder e de superioridade por parte dos dirigentes representam atos de violência para eles. @s professores referem não saber lidar com os alunos que geralmente estão submetidos a uma cultura de consumismo, de imediatismo, de falta de perspectivas e de violência (Vieira, 2003). Codo (1999), coloca os perversos efeitos da globalização levando à falta de perspectivas à vida de seus alun@s e de si própri@s, repercutindo no campo da motivação e da indisciplina.

A manifestação política partidária foi um fator observado entre @s alun@s/professores da UEG, declarados sem temor por aqueles oriundos de cidades do interior do Estado, em especial em épocas de campanha política. Percebia-se um partidarismo mais movido por emoção que por uma concepção ideológica ou uma convicção crítica. Muit@s deles declaravam ser a lealdade ao partido e/ou candidato político a principal garantia do seu emprego como professor ou de um cargo privilegiado. @s mais críticos não negavam essa realidade, comum no sistema educacional, porém protestavam, fazendo alusão à instabilidade e desorganização da categoria que decorre desse fato. Passos (2004), coloca em seus estudos que a politicagem na cultura escolar é fato evidente, principalmente nas escolas públicas, com destaque na rede municipal, em que os cargos d@s educadores são recebidos em troca de favores dos politiqueiros - uma condição perversa, que gera, além de tudo, instabilidade da sua continuidade nas escolas.

Dessa maneira, Vieira (2003), coloca que o grande desafio, além da capacitação, entretanto, é com o papel político d@ educador, no sentido de haver mudança, de criar novos rumos para o processo civilizatório, o que depende, sobretudo, da sólida formação humanística d@ trabalhador em educação, de ferramentas teóricas que @ capacitem a ler, acima de tudo, a realidade e procurar influenciar sobre ela. Deve ter opinião, liberdade de pensamento, ter identidade política. @ educador brasileiro, de um modo geral, tem pouco juízo crítico, exerce timidamente seu papel político e tem pouco envolvimento com movimentos sociais (Vieira, 2003). Ainda mais em se tratando de uma profissão eminentemente feminina, considerando-se a nossa cultura, que confia mais aos homens os assuntos políticos e de manifestações reivindicatórias.

Pôde-se identificar, a partir deste estudo exploratório e bibliográfico, uma precariedade do trabalho docente, com impacto maior sobre as mulheres professoras, dada sua maior exposição às situações/organização precárias de trabalho. Encontram-se sujeit@s à deterioração intensa da sua saúde, especialmente no que se refere à saúde vocal e saúde mental, com prejuízos no desempenho de seu trabalho e na sua qualidade de vida.

O Trabalho pode ser um valor importante para promover a saúde das pessoas, entendendo saúde como “um completo estado de bem-estar físico, mental e social e não apenas ausência de doenças” (OMS, 2001). Mendes (2004), coloca o local de trabalho como favorecedor das ações de promoção e proteção da saúde, um espaço social e político para o exercício da cidadania e para a transformação das próprias condições de trabalho, podendo ser, no entanto, um fator de risco que se junta a outros, ou que desencadeia ou agrava condições de saúde previamente existentes.¹⁸

¹⁸ “Saúde no Trabalho” (ou “Doença no Trabalho”) não se limita aos problemas dos acidentes de trabalho ou às doenças profissionais, mas a uma gama muito maior de doenças que guardam alguma relação de causalidade com o trabalho, ainda que de forma indireta (Mendes, 2004).

O Ministério da Saúde do Brasil tem como proposta a Escola Promotora de Saúde, compreendendo o período escolar como fundamental para se trabalhar a saúde na perspectiva de sua promoção, prevenção de doenças e fortalecimento dos fatores de proteção, voltada para a qualidade de vida. A organização Mundial de Saúde define qualidade de vida como a autopercepção do indivíduo no contexto da cultura e nos sistemas de valores em que ele vive, relacionando com seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações (GRUPO WHOQOL, 1998).

Isso implica, de acordo com Parreira (2002), em uma reflexão sobre a saúde d@s próprios professores, que são os mais vulneráveis ao acometimento de doenças no meio escolar e muitas vezes buscam a sua superação de forma isolada e individualizada.

Observa-se uma falta de relevância desses profissionais com a saúde, sendo poucos professores (28%) que realizam os exames médicos periódicos previstos na legislação (Delcor et al., 2004) e mesmo na presença de sintomas retardam ao máximo o diagnóstico (Carneiro, 2003). Os alunos-professores da UEG atribuem à falta de tempo, à indisponibilidade de substituição em seu trabalho, bem como às dificuldades financeiras, o retardamento ou a não procura por diagnósticos/tratamentos dos sintomas de doenças. Eles colocam que protelam ao máximo a solicitação de licenças de saúde, sendo estas concedidas, na maioria das vezes, no campo da informalidade, num acordo entre o professor e a coordenação/direção, sem, contudo, haver notificação do fato. Em Goiás, de acordo com dados do GESEG (2005), o índice de solicitação de licença pelos servidores públicos estaduais é de apenas 0,99% (menos de 1%). A maioria dessas solicitações (64,33%) vem de profissionais da Educação do Estado, das quais, 22,5% das licenças são concedidas para transtornos mentais e comportamentais, dentre eles o estresse (6,3%). Estudos relatam que os transtornos psíquicos e as doenças do aparelho respiratório (dentre eles os distúrbios vocais) ocupam o primeiro lugar entre os diagnósticos que provocam afastamentos (Carneiro, 2003; Porto et al., 2004; Gasparini et al., 2005; Souza et al., 2003).

O estresse ocupacional

Lipp (2001 e 2004) define o estresse¹⁹ como uma reação do organismo, com componentes físicos e/ou psicológicos, diante de situações que, de um modo ou de outro, irrite, amedrontem, excitem ou confundam, ou mesmo diante de uma situação feliz. Assim, quando a pessoa está com nível de estresse elevado, sintomas psicológicos e físicos se manifestam.

O estresse ocupacional tem sido bastante pesquisado atualmente, ocupando 36,4% das pesquisas científicas de estresse no Brasil (Benzoni et al., 2004), mostrando a preocupação atual com a influência das contingências de trabalho na saúde e no bem-estar das pessoas, merecendo atenção dos professores, que são os profissionais que apresentam maior índice de estresse tanto na literatura internacional (Esteve Zaragoza, 1999; Gasparini et al., 2005) como na nacional (Codo, 1999; Araújo et al., 1997; Silvany et al., 2000; Delcor et al., 2004; Reis et al., 2005; Gomes, 2002, apud Gasparini et al., 2005).

Reinhold (2001) conclui que a suscetibilidade do professor a uma reação de estresse ou *burnout* está relacionada à frequência e intensidade dos estressores, à avaliação cognitiva e emocional que o indivíduo faz de um evento estressor, à maneira como o indivíduo lida com

¹⁹ Apesar da maioria dos estudos brasileiros adotarem o termo original da palavra *stress*, no presente trabalho utilizo a versão em português *estresse*, conforme Ferreira (2001).

o estresse, às suas condições físicas, sociais e psicológicas do momento e às suas características pessoais. Seus estudos com professoras mostram que mais da metade das professoras avaliadas considera a profissão “muito” ou “muitíssimo” estressante, predominando entre aquelas que tem filhos. A extensa carga horária - incluindo a jornada doméstica - aliada ao pouco tempo de lazer e descanso aumentaria esse nível de estresse.

Os professores estão sujeitos a muitos fatores estressantes ligados à sua atividade profissional, como os itens especificados anteriormente acerca da sua organização/condição de trabalho. Reinhold (2001) coloca que as fontes de estresse mais frequentemente indicadas estão ligadas à preocupação com o desenvolvimento acadêmico e sócio-emocional dos alunos, como: sala numerosa, desinteresse, indisciplina, conversa e/ou brincadeira, capacidade heterogênea dos alunos e falta de apoio dos pais. Algumas fontes de estresse estão fora do controle direto do professor, sendo decorrentes do sistema educacional vigente, na qual uma série de condições, normas e regulamentos se impõem ao desempenho do trabalho do professor (Reinhold, 2001). “... a fonte da depressão está na organização do trabalho, através da relação com chefia, ausência de participação criativa e tarefas sem conteúdo”.²⁰

Quanto às mulheres, é observado um índice maior de estresse em relação aos homens (Pinto, 1996; Araújo et al, 1997; Cipriano, 2004; Lipp et al, 1996; Lipp, 2002 e 2004; Areias, 2004). Segundo Cipriano (2004), têm contribuição: os conflitos pessoais, os diversos papéis e funções atribuídos às mulheres e o grande número exigências impostas sobre elas pela sociedade. Alguns estressores fazem parte unicamente da condição feminina, como a tensão pré-menstrual (TPM), a gravidez e a menopausa. O estresse atinge mais os professores das séries iniciais, justificando-se, dentre outros, por atenderem, nessas séries, crianças menores, que requerem maior envolvimento emocional.

Os sintomas mais frequentes do estresse em professores referem à tensão, nervosismo, exaustão.²¹ Tais sintomas, por sua vez, geram tensão no aparelho fonador ao produzir a voz, aumentando o risco de desenvolver um distúrbio vocal. O estresse ocupacional é responsável em grande parte pelo absenteísmo do professor e os transtornos psíquicos estão em primeiro lugar entre os diagnósticos que causam os afastamentos.

O distúrbio vocal

As questões vocais foram abordadas, nos últimos anos, na maioria das pesquisas sobre as condições de trabalho do professor (Boone, 1992; Codo 1999; Silvany et al, 2000; Travers & Cooper, 1997; Penteadó et ali., 1999), identificando, ao lado dos transtornos mentais um alto índice de disfonia.

Behlau & Pontes (1999) define a disfonia como qualquer dificuldade ou alteração na emissão vocal que impeça a produção natural da voz. Pode manifestar-se por meio de sintomas como rouquidão, garganta raspando e ardendo, sensação de corpo estranho, tensão no pescoço, cansaço na voz (Oliveira, 1995; Almeida, 2003), dentre outros. Será adotado para este estudo o termo distúrbio vocal, como sintoma e/ou sinônimo de disfonia ou problema vocal.

²⁰ Margarida BARRETO. *Lesões por esforços repetitivos (LER)*, p.91.

²¹ São fatores relacionados também ao *Burnout* (Reinhold, 2001).

A maioria dos professores é acometida por distúrbios vocais com porcentagens que variam de 54% a 79,6% (Souza & Ferreira, 2000; Vilela, 2001; Dragone & Behlau, 1994; Fuess & Lorenz, 2003). Pesquisas em Goiânia mostram alterações vocais em 73% de professores da rede municipal (Barroso & Hungria, 2003) e 58,82% da amostra tanto de escolas públicas como de particulares (Vilela, 2001).

A voz é o principal instrumento de trabalho do professor, fazendo parte da sua rotina profissional, fundamental no desempenho do seu trabalho, portanto, tendo uma alta demanda (Pinho, 1997; Behlau & Pontes, 1999; Souza & Ferreira, 2000; Vilela, 2001; Ferreira & Costa, 2000). Geralmente, o professor usa a voz o tempo todo, tendendo ao uso abusivo e ao mau uso da voz, sendo a profissão docente a que mais apresenta problemas vocais (Pinho, 1997; Dragone, 2000; Souza & Ferreira, 2000; Fuess e Lorenz, 2003). Nos estudos de Fuess e Lorenz (2003), 57% dos professores relataram presença de disfonia *eventual*, 15,5% apresentaram episódios *frequentes* de disfonia e 8,2% referiam ser *constantemente* roucos, sendo que estes dois últimos grupos apresentaram carga horária semanal média elevada e bastante semelhante.

Os distúrbios vocais afetam mais as mulheres e alguns fatores devem ser considerados como predisponentes a uma vulnerabilidade maior delas ao processo de disfonia. As dimensões reduzidas da laringe feminina contribuem para mudanças significativas na configuração glótica (Ortiz et al., 2004; Fuess & Lorenz, 2003), um problema que pode se acentuar nas professoras de séries iniciais que necessitam aumentar a frequência da sua voz para falar com crianças pequenas ou a intensidade da mesma para se fazer ouvir. Fuess e Lorenz (2003) observaram uma tendência de concentração de professores de pré-escola dentre os profissionais portadores de disfonia *constante*. Outro agravante de caráter feminino é o período pré-menstrual, quando geralmente ocorrem alterações na voz devido a edema, hiperemia e pequenas hemorragias de pregas vocais, que são fatores considerados incapacitantes para as mulheres que usam a voz profissionalmente (Borges, 1999; Molina et al., 2000). A TPM geralmente ainda deixa a mulher mais sensível emocionalmente, refletindo na sua qualidade vocal.

Nos estudos de Almeida (2003) com professores e sua voz, têm-se, na maioria das vezes, as seguintes situações: - grande jornada de trabalho, acarretando o uso da voz por muitas horas seguidas; - excesso de trabalho, o que faz com que o professor tenha que levar trabalho para casa, o que diminui o seu tempo de repouso e lazer; - número excessivo de alunos em sala de aula, tendo que aumentar a intensidade de sua voz para ser ouvido por todos; - a indisciplina dos alunos, o que gera um desgaste emocional nesse profissional; - condições físicas de trabalho inadequadas, como salas de aula mal projetadas com ruído externo e interno e sala dos professores com estrutura inadequada; - falta de informações sobre cuidados com a saúde vocal na sua formação profissional e ao decorrer de sua carreira; - baixa remuneração e pouca valorização da profissão pela sociedade, o que gera um grande estresse emocional. Assim, alterações vocais em professores deixam de se justificar essencialmente pelas condições do ambiente de trabalho em si, considerando-se cada vez mais as condições e organização de trabalho em que o professor encontra-se inserido (Penteado et al., 1999; Carneiro, 2003; Ferreira, 2002; Penteado, 2003).

O professor é a figura principal no controle da sala de aula e sua voz é o principal instrumento de comando e disciplina sobre a turma. A voz está intimamente ligada às emoções, que podem, de alguma forma, afetar o mecanismo de vocalização (Rafacho &

Pinho, 2000) “A provável perda do controle sobre o outro, sobre o meio, é desamparadora, é portadora de desesperança” (Codo, 2000).

Muitas vezes o distúrbio vocal leva @ professor a pedido de licença médica, desvio de função, aposentadoria precoce ou à finalização precoce de uma carreira, acarretando sérios problemas pessoais, emocionais e econômicos. No município de São Paulo, os problemas relativos à voz são as causas que mais afastam @ professor de seu trabalho e o leva à readaptação do cargo (Monteiro, 2004). Em Goiás, há pouca notificação de problemas vocais relacionadas ao trabalho na Educação. Em 2002, foram relacionados 123 professores que solicitaram licenças e/ou readaptação de função por motivo de nosologia relacionada ao uso excessivo de voz. Durante a realização de exames admissionais para o cargo de professor do Estado, em 2004, foram detectadas anomalias nas pregas vocais em 58 deles (GESEG, 2005).

São poucos os professores que procuram o atendimento médico por problemas vocais e, muitas vezes, quando isto ocorre, se dá em estágios já avançados do problema, em que já se desenvolveu um processo de ajustes fonatórios compensatórios, adaptações patológicas, hábitos e comportamentos vocais prejudiciais, sendo comum já estarem apresentando uma patologia instalada, o que torna o processo de recuperação muito mais trabalhoso e demorado.²²

No Brasil, os prejuízos, apenas em termos de professores afastados, advindos das enfermidades vocais relacionadas ao trabalho, representam mais de duzentos milhões de reais (CNVP, 2004).

Uma questão evidente, apesar de estudos cada vez mais aprimorados nessa área, é a falta de informação entre @s professores sobre os cuidados necessários à saúde vocal (Ferreira et al., 2000). É notável o pouco valor dispensado na organização dos currículos quanto aos cuidados básicos necessários a uma boa produção vocal, podendo-se evidenciar nos cursos de licenciatura que formam professores, a ausência de disciplinas que abordem este tema tão imprescindível ao profissional da voz. De acordo com Nagano & Behlau (1994; apud Vilela, 2001), 75% d@s professores referiram nunca ter recebido orientação em relação ao uso da voz.

As condições de trabalho docente, na forma que se dá, é vista como verdadeira fonte geradora de distúrbios vocais e de estresse, podendo-se estabelecer uma relação entre os mesmos e as condições efetivas de trabalho nessa categoria.

A partir da discussão dos referidos assuntos em grupo, pôde-se ver formar uma consciência coletiva dos problemas, evoluindo de sentimentos isolados e culpabilizados para uma necessidade de mudanças em direção a uma melhor organização/estruturação da categoria docente. Este estudo exploratório abre espaço para uma análise mais aprofundada, o que se pretende desenvolver em pesquisa de dissertação de mestrado em amostra de professores.

²² Regina PENTEADO, A voz do professor – relações entre trabalho, saúde e qualidade de vida, p. 121.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria I. de. O trabalho dos educadores. In: SILVA, Aída M. M. & AGUIAR, Márcia A. da S. (Orgs). *Retrato da escola no Brasil*. Brasília: Artgraf, 2004. p. 105-117.
- ALMEIDA, Rita de C. F. P. de. Os professores e a voz. In: XIII SEMINÁRIO DE VOZ PUCSP. São Paulo. 2003. *Anais*. p. 37-38.
- ARAÚJO, Tânia et al. *Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino*: Salvador-Bahia. Salvador: Sindicato dos Professores do Estado da Bahia, 1997. 33 p.
- AREIAS, Maria E. Q. & GUIMARÃES, Liliana A. M. Gênero e estresse em trabalhadores de uma universidade pública do estado de São Paulo. *Psicologia em Estudo*, v. 9, n. 2, p. 255-262, mai./ago. 2004.
- BARRETO, Margarida. Lesões por esforços repetitivos (LER): que danos causam no cotidiano das mulheres. In: OLIVEIRA, Eleonora & SCAVONE, Lucila (Orgs.). *Trabalho, saúde e gênero na era da globalização*. Goiânia: A B editora, 1997. p.87-100.
- BARROSO, Carla T. P. S. & HUNGRIA, Sara D. *Perfil vocal do professor da rede municipal de ensino de Goiânia*. Goiânia: Departamento de Fonoaudiologia UCG, 2003.
- BEHLAU, Mara & PONTES, Paulo. *Higiene Vocal: cuidando da voz*. Rio de Janeiro: Revinter, 1999.
- BENZONI, Paulo E. et al. Tipologia das pesquisas sobre stress no Brasil. In: LIPP, Marilda E. N. (Org.). *O stress no Brasil: pesquisas avançadas*. Campinas-SP: Papyrus, 2004. p. 205-213.
- BOONE, Daniel R. Inimigos biológicos da voz profissional. *Pró-Fono: Revista de Atualização Científica*. São Paulo, 1992.
- BORGES, Lílian de M. Alterações da voz no período pré-menstrual. *Jornal da 6ª Região – Conselho Regional de Fonoaudiologia*, abr./jun. 1999. p. 5.
- CARLOTTO, Mary S. Burnout e o trabalho docente: considerações sobre a intervenção. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE ESTRESSE E BURNOUT. Curitiba. 2002. *Anais*. p. 12-18.
- CARNEIRO, Sérgio. Distúrbios da voz no trabalhador público do município de São Paulo. In: XIII SEMINÁRIO DE VOZ PUCSP. *Annais*. São Paulo. 2003. p. 28-33.
- CIPRIANO, Daniela G.I. Stress feminino: efeitos diferenciais do relacionamento afetivo. In: LIPP, Marilda N. (Org.). *O stress no Brasil: pesquisas avançadas*. Campinas-SP: Papyrus, 2004. p. 161-168.
- CODO, Wanderley. *Educação: carinho e trabalho*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. 432 p.
- CONSENSO NACIONAL SOBRE VOZ PROFISSIONAL (CNVP). Dos levantamentos a respeito da incidência da laringopatias. Anexo 6: 2004.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 5 ed. São Paulo: Cortez - Oboré, 1992. 168p.

DELCOR, Núria S. et al. Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 187-196, jan./fev, 2004.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Perfil dos professores da rede privada de ensino em Goiás*. Goiânia, 2002.

DRAGONE, Maria L. S. *Voz do professor: interfaces e valor como instrumento de trabalho*, 2000. 191 p. Dissertação (Mestrado em Educação) UNESP. Araraquara-SP.

DRAGONE, Maria L & BEHLAU, Mara. Ocorrência de disfonias em professoras: fatores relacionados a voz profissional. In: CONGRESSO NACIONAL DE FONOAUDIOLOGIA, *Anais*, Rio de Janeiro, 1994.

ESTADO DE GOIÁS. Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos. Gerência de Saúde e Segurança do Servidor (GESEG). *Relatório de atividades 2005*.

ESTADO DE GOIÁS. Superintendência de Estatística Pesquisa e Informação (SEPLAN-GO/SEPIN). *Anuário Estatístico do Estado de Goiás*. 2003

ESTADO DE GOIÁS. Superintendência de Estatística Pesquisa e Informação (SEPLAN-GO/SEPIN). *Anuário Estatístico do Estado de Goiás*. 2005

ESTEVE ZARAGOZA, José M. *O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores*. São Paulo: Edusc, 1999. 176p.

FERREIRA. Aurélio B. de H. *Miniaurélio século XXI escolar*. O minidicionário da língua portuguesa. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, Leslie P. et al. Condições de produção vocal de professores da prefeitura do município de São Paulo. In: VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE FONOAUDIOLOGIA. São Paulo. 2000. p. 137.

FERREIRA, Leslie P. A disfonia como doença do trabalho. *Jornal do Conselho Federal de Fonoaudiologia*, v.7, n. 12, p. 18, jan./mar. 2002.

FERREIRA, Leslie P. & COSTA, Henrique O. *Voz Ativa: Falando sobre o Profissional da Voz*. São Paulo: Roca, 2000.

FUESS, Vera L.R. & LORENZ, Maria C. Disfonia em professores do ensino municipal: prevalência dos fatores de risco. *Revista Brasileira de Otorrinolaringologia*, v. 69, n. 6, p. 807-812, nov./dez. 2003.

GASPARINI, Sandra M.; BARRETO, Sandhi M.; ASSUNÇÃO, Ada. A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, maio/ago. 2005.

GRUPO WHOQOL. *Instrumentos de avaliação de qualidade de vida (WHOQOL) – Projeto desenvolvido no Brasil pelo grupo de estudos em qualidade de vida*. Coordenação Dr. Fleck, M.P.A. Departamento de Psiquiatria e Medicina Legal. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1998.

LEI 1.592/03 _ Planos de Carreira para profissionais da educação básica.

- LIPP, Marilda E. N. *Manual do inventário de sintomas de stress para adultos de Lipp (ISSL)*. 2. ed. rev. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. 55p.
- LIPP, Marilda E. N. *Pesquisas sobre stress no Brasil: saúde, ocupações e grupos de risco*. 2. ed. Campinas: Papirus, 2001. 304 p.
- LIPP, Marilda E. N. *O stress no Brasil: pesquisas avançadas*. Campinas-SP: Papirus, 2004. p. 224.
- LIPP, Marilda E.N.; ROCHA, J.C. *Stress, hipertensão e qualidade de vida*. Campinas: Papirus, 1996.
- MARTINEZ, Maria C., PARAGUAY, Ana I. B. B., LATORRE, Maria do R. D. de O. Relação entre satisfação com aspectos psicossociais e saúde dos trabalhadores. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 55-61, 2004.
- MENDES, René. *Promover e proteger a saúde no trabalho: responsabilidade legal, ética ou social?*. s.l., Cadernos SESI. 2004.
- MOLINA, Karine L. et al. Modificação na frequência fundamental da voz associada a manifestações de tensão pré-menstrual. *Fonoaudiologia Brasil Revista do Conselho Federal de Fonoaudiologia*, v. 3, n. 4, dez. 2000.
- MONTEIRO, Antônio L. Disfonias e infortunísticas. In: I FÓRUM DE SAÚDE DO TRABALHADOR DE ARARAQUARA – distúrbios de voz relacionados ao trabalho. Araraquara. 2004.
- OLIVEIRA, I. B. Distúrbios vocais em professores de pré-escola e primeiro grau. In: FERREIRA, L.P. et al. *Voz Profissional: o profissional da Voz*. São Paulo: Pró-Fono, 1995.
- OLIVIER-HECKLER, C; SORATTO, L. Escola: uma organização multiprofissional. In: CODO, Wanderley (org.). *Educação: carinho e trabalho*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. p 122-136.
- OMS: Organização Mundial de Saúde. *Relatório sobre saúde no mundo: Saúde mental: nova concepção, nova esperança*. Suíça: OMS/OPAS, 2001.
- ORTIZ, Érica et al. Proposta de modelo de atendimento multidisciplinar par disfonias relacionadas ao trabalho: estudo preliminar. *Revista Brasileira de Otorrinolaringologia*, v. 70, n. 5, p. 590-596, set./out. 2004.
- PARREIRA, Clélia Maria de S. F. *A construção de uma política pública de promoção da saúde no contexto escolar: um relatório de experiência brasileira*. 2002?, s.n.
- PASSOS, Luiz A. Retrato bem temperado da cultura escolar brasileira. In: SILVA, Aída M. M.& AGUIAR, Márcia A. Da s. (orgs.). *Retrato da escola no Brasil*. Brasília: Artgraf, 2004. p. 29-64.
- PENTEADO, Regina Z.; PEREIRA, Isabel M. T. B. A voz do professor: relações entre trabalho, saúde e qualidade de vida. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, s.l., v.25, n. 95/96, p. 109-130, 1999.
- PENTEADO, Regina Z. *Aspectos de qualidade de vida e de subjetividade na promoção da saúde vocal do professor*. Tese de doutorado, 2003. Faculdade de Saúde Pública/USP. São Paulo.

- PINHO, Sílvia R. *Manual de higiene vocal para profissionais da voz*. Carapicuíba: Pró-fono, 1997.
- PINTO, W. N. R. *Stress e qualidade de vida de pacientes com vitiligo*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica. Campinas: PUC, 1996.
- PORTO, Lauro A. et al. Doenças ocupacionais em professores atendidos pelo centro de estudos da saúde do trabalhador. *Revista Baiana de Saúde Pública*. s. l., v. 28, n., p. 33-49, jan.-jun. 2004.
- RAFACHO, Vianello L. & PINHO, Sílvia M. R. O comportamento vocal sob a ação do estresse. In: VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE FONOAUDIOLOGIA. Recife. 2000. *Anais*. 157p.
- REINHOLD, Helga H. Stress ocupacional do professor. In: LIPP, Marilda Emmanoel Novaes (Org.). *Pesquisas sobre stress no Brasil: saúde, ocupações e grupos de risco*. 2.ed. Campinas-SP: Papirus, 2001. p. 169-193.
- REIS, José F. B. dos et al 2005. Trabalho e distúrbios psíquicos em professores da rede municipal de Vitória da Conquista, Bahia –Brasil. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 1480-1490, set.-out, 2005.
- SANTOS, Genivalda A. C. *Educação, profissão perigo: burnout, depressão e o tratamento espiritual no espiritismo*, 2004. 230p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) Universidade Católica de Goiás, Goiânia.
- SILVA, Aída M. M. Violência escolar: negação dos direitos humanos e da formação da cidadania. In : SILVA, A. M. M. & AGUIAR, M. A.da S. (orgs.). *Retrato da escola no Brasil*. Brasília: Artgraf, 2004. p. 141-160.
- SILVANY, Annibal M. et. al. Condições de trabalho e saúde de professores da rede particular de ensino de Salvador, Bahia. *Revista Baiana Saúde Pública*. 2000.
- SOUZA, T.M.T. & FERREIRA, L. P. Um século de cuidados com a voz profissional falada: a contribuição da Fonoaudiologia. In: FERREIRA, L. P.; COSTA, H.O. *Voz Ativa, falando sobre o profissional da voz*. São Paulo: Roca, 2000.
- SOUZA, Kátia R. et. al. A trajetória do sindicato estadual dos profissionais da educação do Rio de Janeiro (Sepe-RJ) na luta pela saúde no trabalho. *Ciência e Saúde Coletiva*, s,l., v. 8, n. 4, p. 1057-1068, 2003.
- TRAVERS, C. J. & COOPER, C. L. Fuentes Del estrés em la enseñanza. In: *El estrés de los profesores: la presión en la actividad docente*. Barcelona: Editora Pidos: 1997.
- VIEIRA, Jussara D. *Identidade expropriada: retrato do educador brasileiro*. Brasília: CNTE, 2003. 80p.
- VILELA, Ana Cláudia M. *O perfil vocal dos professores da educação infantil e do ensino fundamental de Goiânia*, 2001. 178p. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Católica de Goiás. Goiânia.